



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
XX Curso de Especialização em Relações Internacionais

**O Brasil contrabandeado:  
Crime, responsabilidades e impactos.**

**Renato Pereira da Silva Neves**

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção  
do título de Especialista em Relações Internacionais**

**Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia Barros**

**Brasília**

**2019**

## ***Resumo***

Este artigo trata do contrabando de produtos industrializados, principalmente, cigarros e seus impactos, principalmente para o Brasil, ao mesmo tempo que busca diferentes formas de analisar o tema, seja do ponto de vista de segurança, econômico, social, das relações internacionais, ou até mesmo se isso é parte da globalização ao invés de crime. O trabalho busca identificar a responsabilidade dos principais atores e seus respectivos caminhos para uma solução.

## ***Abstract***

This article deals with impact, especially for Brazil, while seeking ways to analyze the theme, be it from a security, economic, social, national and international point of view of globalization and crime. This article seeks the responsibility of the main actors and their respective paths of the solution.

## ***Palavras-chave***

Contrabando; Brasil; Globalização

## ***Introdução***

Esse tema é um tanto interessante e em alguns casos até mesmo polêmico. Esse trabalho de pesquisa tem o objetivo de trazer à tona os impactos econômicos e sociais para determinados países, as diferentes formas de analisar, como alguns percebem isso como um problema, um crime, etc e ao mesmo tempo a necessidade urgente de uma solução. Porém, há outro ponto de vista que esse é o novo formato, trata-se da globalização, não havendo crime, mas sim, uma competitividade e uma nova forma de fazer negócios.

Convido, vocês leitores, à pensarem comigo qual seria o modelo ideal para tratar o tema, no âmbito da diplomacia, analisando diferentes hipóteses. Diplomacia coercitiva com o uso da força, ameaça ou diplomacia preventiva buscando a conscientização e até mesmo acordo com diferentes países. Outro ponto importante analisado é como esse tema se enquadra de acordo com as previsões que estudiosos tinham sobre o mundo Pós-Guerra Fria.

Pós-Guerra Fria, muitos estudiosos e cientistas políticos previam a estabilidade hegemônica norte-americana, viam benefícios em seu unilateralismo. Porém, o neoliberalismo trazia outros rumos para a história da globalização com fluxos culturais e humanos, erradicação de ameaças ao controle, correntes migratórias, uma espécie de novo ordenamento do sistema internacional para o século XXI.

Quando olhamos para o Brasil percebemos uma diplomacia voltada para o mundo em desenvolvimento, pois esse é seu foco pós a Segunda Guerra Mundial. Enaltecendo o universalismo da política exterior com diversos países sobre uma divisão da ideologia sugerida pela Guerra Fria, buscando assim a cooperação de capitais, ciência e tecnologia, se tornando alvo de exportação de manufaturados, o que muito contribuiria para o processo desenvolvimentista, agregando em vários segmentos sociais de interesse nacional, cultural, político e econômico.

Anteriormente, denominada de terceiro mundo, foi nesta fase que erigiram coalizões para criticar a ordem bipolar que se pretendia colocar no rumo do desenvolvimento da periferia. Foi também, nesta fase que o Brasil ainda estava pouco munido de meios, buscou integrar as coalizões norte-sul e evitar coalizões ideológicas.

Carregadas pelo Mercosul, as possibilidades de efetiva cooperação sul sul tomam forma e com a perspectiva da criação de Livre Comércio da América do Sul, o projeto se destina a criar o poder mediante a unidade regional, econômica, política e de segurança. Porém, a

inserção global induz alguns dirigentes de Estado, lideranças sociais e empresários a avançarem além do regional.

Formam-se outras coalizões ao sul com o G20, muito deve de sua origem e evolução ao propósito de influir sobre a confecção de regras para o comércio internacional, especialmente de produtos agrícolas, e sobre o ordenamento ambiental em elaboração.

O Ibas, formalizado em 2003 como fórum de diálogo, é conduzido por meio de negociações entre Chefes de Estado, diplomatas, acadêmicos e empresários dos três países membros, Índia, Brasil e África do Sul, que apresentam desafios internos comuns e exercem responsabilidades e cada região é diferente sobre o cenário internacional.

Os Brics mantêm negociações ministeriais há anos, periódicas e regulares desde 2007. O grupo reúne os emergentes mais dinâmicos e de maior peso global: Brasil, Rússia, Índia e China. Volta-se tanto ao propósito de afinar posições de seus membros nas negociações multilaterais quanto à promoção de ações de interesse das respectivas nações. Elabora projetos de cooperação em pontos específicos como biocombustíveis, energia e segurança alimentar. Estabelece facilidades comerciais e empresariais entre os membros. O grupo impressiona economistas e internacionalistas desde o início do século XXI e inspira projeções acerca da possibilidade de ser, até meados desse século, mais rico e poderoso do que as seis maiores potências capitalistas tradicionais.

Com efeito, o ritmo de crescimento, o desenvolvimento empresarial e tecnológico, a dimensão do mercado, o volume do PIB e a capacidade de atração de investimentos diretos acenam para um futuro de liderança global dos Brics. As cúpulas América do Sul-Países Árabes (desde 2005) e América do Sul-Países Africanos (desde 2008), também iniciativas brasileiras, perfazem, ao lado das anteriores coalizões, o perfil do que Gilberto Dupas chama de contra poder, elemento criador do novo equilíbrio do sistema internacional no século XXI. Em todo esse movimento junto aos emergentes, busca a diplomacia brasileira, ademais, incorporar o Mercosul nas relações internacionais, especialmente mediante acordos de comércio.

A diplomacia e política externa exercida com o emprego não violento de meios ou recursos militares e a busca de cooperação com países aliados. Como buscar promover o multilateralismo com parcerias benéficas e o poder nas relações internacionais pode ser definido de várias maneiras diferentes, tais como influências sobre questões e atores, controle sobre recursos, econômico ou militar.

Esse poder pode ser adquirido ou exercido nas relações internacionais, sendo coercitiva, atrativa, cooperativa ou competitiva. Os mecanismos podem ser o uso da força, ameaça,

pressão, interação econômica ou intercâmbio cultural. O poder é usado para descrever os Estados ou autores que alcançaram vitórias militares ou segurança no sistema internacional. Por exemplo, um Estado que tenha conseguido vitórias em campanha militar ou proteger sua segurança, soberania ou interesses estratégicos.

Poder com táticas coercitivas como ameaçar o uso de forças armadas, pressão econômica ou sanções e outras formas de intimidação. É geralmente atribuído às nações mais fortes, que podem mudar os assuntos internos de outras nações através de ameaças militares. Mesmo assim, alguns estudiosos defendem que uso desta força é fundamental para o equilíbrio do sistema internacional.

Por outro lado, outra linha de raciocínio defende que a melhor maneira é através do diálogo, como incluir debates sobre os valores culturais, sobre a ideologia, a tentativa de influência por meio de um bom exemplo e os valores humanos. Valorizando a diplomacia, troca de informação, propagando e programação cultural para alcançar fins políticos, destacando o multilateralismo.

A diplomacia preventiva, ou seja, a diplomacia da paz, evitando conflitos, é instrumento essencial como instrumento para abordar os grandes problemas do mundo. Trabalhar nas principais frentes como, educação, migração, juventude, etc, busca-se encontrar as soluções. Porém, para isso, se faz necessário uma ação em conjunto e não apenas dos governos, pois precisaremos da intervenção de líderes religiosos, sociedades civis e organizações internacionais. Ou seja, construir sociedades inclusivas e construir novas ferramentas.

Podemos concluir que as transformações nas relações internacionais e a divisão entre uma esfera interna que o reino impera e uma esfera externa com normas e outras instituições internacionais, o conflito é preponderante, mesmo no Pós-Guerra fria, a configuração de poder ou os conceitos da balança de poder é mais tímida mesmo com a necessidade de incorporar uma perspectiva emancipatória no cenário internacional.

Como tratar o contrabando de produtos industrializados? Devemos tratar como crime e combater com Polícia Federa, Receita Federa, etc, ou estamos falando de acordos internacionais liderados pelos presidentes de diferentes países, mostrando os impacto econômicos, sociais, etc? Ou esse é o novo cenário, devendo ser visto como globalização e as novas formas de se fazer negócio?

## O que esperar do Mercosul

Isto posto, como percebemos o papel do Mercosul quanto ao tema contrabando e uma possível solução para os países envolvidos, diretamente, como Brasil e Paraguai, por exemplo? Quando olhamos para o mercado de cigarros onde o volume de produtos oriundos do Paraguai é maior do que as empresas que atuam legalmente em nosso país. Além da repressão ao crime, poderíamos tratarmos outras ações de colaboração dos países vizinhos, tais como o fortalecimento do Mercosul e integração das cadeias produtivas dos dois países? Teria como Paraguai e Uruguai, sendo países menores, se desenvolverem de forma lícita e qual a nossa (Brasil) responsabilidade em desenvolvê-los?

No Mercosul existe o Fórum Consultivo Econômico e Social, que é instituído e que poderia desempenhar um papel maior do ponto de vista da repercussão dos interesses da sociedade, de forma organizada tem acesso às negociações. Porém, seu valor vem se diluindo e parece esvaziado. Tudo indica que há pouco interesse das entidades em utilizá-lo como instrumento de pressão ou de negociação. Por outro lado, vale ressaltar que o Mercosul nunca se opôs à formação de blocos econômicos, situação diferente do ocorrido em outros processos de integração.

À medida que a constituição do Mercosul foi contemporânea à abertura comercial, as organizações sindicais do Cone Sul mantiveram algumas objeções no processo de integração, parecia estar identificado com a possibilidade de ter voz ativada em um novo fórum de expressão institucional. É possível que a influência da OIT tenha sido decisiva para delinear conteúdo específico, em particular a promoção de uma carta social de direitos que incorporou os padrões laborais mínimos relacionados à sindicalização, negociação coletiva, trabalho infantil, promoção da igualdade de gênero, condições de trabalho, etc, além, de uma visão estratégica sobre seus benefícios.

O Mercosul é, também, um canal de representação das demandas sociais, seu regulamento interno define a participação dos setores empresariais, sindicais e organizações não governamentais. O regionalismo na América Latina há muito tempo articulou-se com interesses e benefícios econômicos e ganhos políticos, que suas iniciativas pudessem produzir. A dimensão objetiva parece misturada com a dimensão subjetiva, ganhando mais peso, dependendo da época. Elementos como o passado histórico, vínculos culturais, autonomia, etc tem peso no ideário regional.

As iniciativas de integração regional tomaram novo impulso com o Mercosul, por serem orientados basicamente para uma melhor inserção das economias nacionais no sistema econômico internacional, ficando estas conhecidas como regionalismo aberto. Os limites que frearam os avanços e as iniciativas de integração, deram lugar à modelos que começavam a se desenvolver como modelos regionais, com foco na integração comercial,

buscando expandir a cooperação nas áreas de infraestrutura, de defesa em dimensões sociais como saúde e educação.

O termo integração regional é usado por alguns atores políticos para se referirem a diferentes tipos de aproximação com países vizinhos, muitas vezes isso ultrapassa os estudos acadêmicos, ou seja, o regionalismo se torna um conceito amplo e se identifica com cada região e formado por diferentes formas de interação.

Talvez, um dos grandes desafios da Política Externa e Segurança e do próprio Mercosul seja controlar esse conjunto de ações com objetivo de estruturar os acordos ou regimes interestaduais, formais ou não, mas com padrões de reuniões regulares.

A integração regional, deveria contribuir para decisões e compromissos assumidos pelos governos para reduzir barreiras, contribuir com intercâmbio mútuo de bens, serviços, capital e de pessoas, ou seja, adquirem novas técnicas para resolver conjuntamente seus conflitos, uma vez que entendem que suas fronteiras são integração e cooperação entre os Estados.

A América Latina viveu fases importantes do regionalismo, onde ganha destaque a integração fronteiriça e a negociação com outros blocos bem como podemos citar os temas voltados para empregos, defesa do consumidor e a proibição do trabalho infantil, mesmo percebendo que os temas sociais receberam pouca atenção dos membros do Mercosul.

## **O contrabando e o Governo Federal brasileiro**

No Brasil, o assunto contrabando despertou a atenção do Governo Federal, embora seja um problema há tempos preocupante no país. De acordo com o Ministério Público Federal, o cigarro é o produto mais contrabandeado no Brasil. As agências de notícias das Polícias Federal e Rodoviária Federal atestam que a maioria das apreensões de produtos de origem ilegal ocorre na região Sul, considerada porta de entrada para o contrabando, por conta das fronteiras precariamente fiscalizadas com outros países da América Latina, especialmente o Paraguai.

Com cerca de 19 cidades em faixas fronteiriças, somente no estado do Rio Grande do Sul milhares de pessoas entram e saem do país diariamente sem nenhuma fiscalização. Segundo dados do Ministério da Integração Nacional, esses locais reúnem os índices econômicos e sociais mais baixos do estado. Logo, não por acaso, o mercado ilegal do

tabaco no Brasil é um dos maiores do planeta. A Fazenda Nacional já estima que o valor total da dívida mantida por esse mercado com a União hoje supera R\$ 17,3 bilhões e a maioria dos produtos são paraguaios, exportados para o Brasil de maneira ilegal, sem pagamento de impostos ou controle fitossanitário.

Quem perde com essa atitude nada consequencialista é a indústria legal. O aumento da carga tributária faz aumentar os custos de produção, o que impacta na quantidade de empregos diretos e indiretos, além de reduzir a competitividade nacional, fundamental em tempos de crise econômica. Todavia, o principal perdedor é o Estado e a sociedade como um todo, que perdem devido ao crescimento do mercado ilegal e à criminalidade a ele associada.

O Brasil tem como histórico uma economia fechada, e este modelo mais protecionista o tornou menos competitivo em relação ao comércio internacional. As ferramentas utilizadas como o aumento de impostos para importação, no caso do Brasil é o dobro da média global e mais que o triplo que em alguns países desenvolvidos. Isso mostra ser prejudicial, pois o Brasil segue com altas tarifas de importação um Estudo divulgado pela Câmara do Comércio Internacional (CCI), mostra que a abertura do país para o mundo esteve atrasada, e é mais um obstáculo para a retomada do crescimento.

### **Ausência de política para o comércio exterior**

Os acordos de livre-comércio são importantes para alavancar o fluxo de negócios internacionais principalmente em épocas de crise no mercado interno. As tarifas de importação no Brasil podem chegar a 35% do PIB enquanto em países como os Estados Unidos os mesmos percentuais oscilam entre 1,5% e 3,5%. A participação do país nas exportações mundiais tende a encolher. Os acordos bilaterais que impulsionam o comércio internacional reduzem tarifas e podem dar fôlego à economia, principalmente em momentos de enfraquecimento do mercado interno.

O estudo da UHY aponta a carga tributária como um dos fatores que retiram a competitividade dos emergentes. Os impostos de importação equivalem a uma média de 0,81% do Produto Interno Bruto (PIB) desses países, enquanto a média global é de 0,47%. Os países que fazem parte do Acordo Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA), Estados Unidos, Canadá e México, arrecadam, em média, 0,2% do seu PIB em receitas aduaneiras. Em momentos de crise, a baixa participação do país no mercado internacional fica ainda mais evidente e não ajuda a aliviar o baixo desempenho da atividade econômica.



Isto mostra o quanto é importante tratarmos do impacto do contrabando, pois gera prejuízos alarmantes. Ao mesmo tempo que percebemos países desenvolvidos com carga tributária altíssima para cigarros, por exemplo, mas o contrabando é combatido com elevador rigor.

As maiores economias do mundo foram protecionistas até fortalecer a competitividade de suas indústrias. Países como os Estados Unidos, de grande dimensão, continuam a ser protecionistas em alguns setores, como na agricultura. Os países que são mais protecionistas com a indústria são os que tem menor competitividade.

A política brasileira que resulta em uma economia fechada é resultado de uma trajetória iniciada na década de 50. As medidas de proteção de um país a sua indústria são importantes, mas também perigosas. “Uma política protecionista deve ter um cronograma e metas a serem alcançadas, porque pode-se elevar muito os custos sociais. É preciso ter um projeto claro de país e de desenvolvimento, não dá para obrigar a população a pagar mais caro por um produto para justificar graus de proteção. O protecionismo também não pode ser uma forma de esconder a ausência da capacidade inovadora. Deve ter um tempo limitado para o amadurecimento”, explica Pedro Paulo.

Os Brics mantêm negociações ministeriais há anos, periódicas e regulares desde 2007. O grupo reúne os emergentes mais dinâmicos e de maior peso global: Brasil, Rússia, Índia e China. Volta-se tanto ao propósito de afinar posições de seus membros nas negociações multilaterais quanto à promoção de ações de interesse das respectivas nações. Elabora projetos de cooperação em pontos específicos como biocombustíveis, energia e segurança alimentar.

Poderia o Brics contribuir para o fortalecimento do combate ao contrabando de produtos industrializados, já que o mesmo estabelece facilidades comerciais e empresariais entre os membros? O grupo impressiona economistas e internacionalistas desde o início do século XXI e inspira projeções acerca da possibilidade de ser, até meados desse século, mais rico e poderoso do que as seis maiores potências capitalistas tradicionais.

Com efeito, o ritmo de crescimento, o desenvolvimento empresarial e tecnológico, quase cinquenta por cento da população mundial, vinte e cinco por cento do território, a dimensão do mercado, o volume do PIB e a capacidade de atração de investimentos diretos acenam para um futuro de liderança global dos Brics.

## **Globalização: a nova realidade**

A globalização é a nova realidade e isso é um tanto surpreendente. O rápido crescimento econômico, através de seus efeitos de propagação, deveria supostamente assegurar prosperidade a todos. Nos países periféricos pós-coloniais, a expansão do setor moderno gradualmente absorveria, acreditava-se, toda a força de trabalho do setor tradicional em vias de extinção. Em vez disso, os processos de dualização assumiram o controle dos países industriais avançados e o espectro do apartheid social ameaça os países ricos e pobres sem distinção.

Mas, globalização significa também pensamento global, enxergar o mundo como um todo. Esse pensamento global sempre permeou as doutrinas imperialistas e moldou as políticas das grandes potências. A existência de um conjunto de valores perenes compartilhados por todos os seres humanos, reverenciado na Carta Régia da Organização das Nações Unidas e no conjunto dos direitos humanos. Esses valores devem informar todas as medidas tomadas pelos governos e organismos internacionais voltados para a promoção dos objetivos fundamentais da paz e do desenvolvimento.

Finalmente, em senso mais restrito, a globalização é usada para descrever "um processo pelo qual os produtores e investidores se unem cada vez mais como se a economia mundial consistisse em um único mercado e área produtiva com subsectores regionais ou nacionais, e não em um conjunto de economias nacionais vinculadas pelos fluxos de comércio e investimento" (Unctad, 1996:6).

Podemos afirmar que a globalização avançou até o ponto de se tornar irreversível e de tal forma avassalador que priva os Estados nacionais do poder efetivo de regular as suas economias. As únicas duas forças que importam são os mercados globais e as empresas transnacionais. Nenhuma delas pode ficar sujeita à governança pública ativa de seus países.

Percebemos fatos antagônicos, onde a globalização é um mito. A presente economia altamente internacionalizada não tem precedentes, e que o a quantidade de empresas genuinamente transnacionais é relativamente pequeno. A maioria das empresas que faz transações multinacionais tem base nacional e mantém íntimo relacionamento com seus respectivos governos. A mobilidade do capital não está produzindo transferência maciça de investimento e emprego dos países avançados para aqueles em desenvolvimento.

Longe de ser genuinamente global, a economia mundial está concentrada na América do Norte, Europa, Japão, Índia e China. As principais nações avançadas continuam a ser dominantes. De fato, o desenvolvimento recente mais significativo refere-se à formação de blocos econômicos regionais, como a União Europeia, o Nafta e o Mercosul.

## **O mito da Globalização**

Seria mesmo a globalização um mito com o intuito de validar a noção de que finalmente emergiu uma ordem internacional? Assim poderiam limitar os esforços dos Estados-nação para melhorar sua capacidade de regulamentar suas economias e traçar estratégias de desenvolvimento.

Hirst & Thompson (1996:170) acreditavam que a economia internacional ainda poderia ser controlada e as estratégias de desenvolvimento nacional não perderam sua relevância. Uma das principais discussões de seu livro é que "os Estados-nação têm um papel significativo a desempenhar numa governança econômica, tanto no nível dos processos nacionais como internacionais".

Ainda assim, a condição é abordar as perguntas certas. O citado relatório da Unctad (1996:7) declara que a "globalização é o produto da liberalização". É significativo que seu primeiro capítulo tenha o título "Comércio e desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante". A globalização é um processo alimentado pela liberalização compreendida como fato consumado.

## **O desenvolvimento e o papel regulador do Estado**

Cada vez mais, a configuração internacional agiu mais como obstáculo do que como facilitador. A economia mundial passou por uma transformação estrutural executada por três desacoplamentos (Drücker, 1986): o divórcio entre o crescimento da produção e a criação de oportunidades de trabalho; a lacuna entre o PIB e o volume de matérias-primas e mercadorias necessárias para produzi-lo; o vínculo entre a economia real e a esfera da especulação financeira expandido de maneira totalmente descontrolada.

A elevação da produtividade é naturalmente bem-vinda, com a condição de ser corretamente administrada em termos de uma partilha equitativa do trabalho socialmente necessário e do produto obtido. Mas não é este o caso no presente. A definição de preços das mercadorias exige acordos internacionais e esquemas de estabilização, que 40 anos de discussões não conseguiram realizar. A ausência de controles sobre os mercados financeiros globais constitui a fragilidade básica das instituições de Bretton Woods.

Índices de crescimento e desemprego enganosos intensificaram a luta das empresas pelos mercados. A competitividade está sendo buscada a todo custo, sem distinção entre suas fontes legítimas e espúrias, tais como salários achatados, preços muitos baixos de energia

e de matérias-primas e exploração predatória dos recursos naturais. Sempre que deixadas à livre interação das forças de mercado, as empresas exteriorizam os custos sociais e ambientais da produção. É por esse motivo que a determinação dos limites para a liberalização, a redefinição do papel regulador dos Estados e o estabelecimento das regras restritivas do jogo no cenário internacional são urgentemente necessários.

Embora a globalização tenha reduzido a autonomia do Estado-nação, resta certo grau de liberdade que deve ser usado para criar um espaço econômico para a busca dos interesses nacionais e objetivos de desenvolvimento. O mesmo é verdadeiro para Estados-nação em países industriais. Os trabalhadores descontentes e marginalizados pela economia global precisam do Estado-nação "como um amortecedor da economia mundial" observa Kapstein (1996:16).

Em seu relatório sobre a globalização e liberalização, o secretário geral da Unctad insiste no papel do Estado em proporcionar um ambiente apropriado à empresa privada, em lidar com as questões externas ambientais e em abordar as questões da pobreza e da distribuição de renda. Esta versão leve do intervencionismo é declarada na certeza de que as forças do mercado constituem o meio primário para a alocação de recursos e a organização da atividade econômica.

A menos que se considere o colapso das economias centralizadas como sendo uma prova às avessas da excelência do modelo capitalista liberal (o que seria um disparate), o desafio diante de nós é repensar em sua totalidade as modalidades de regulação das economias mistas, mais do que escolher entre uma gama de modelos de capitalismo existente.

### **Globalização e o papel dos outros estados**

O sistema é ineficiente e desigual, incapaz de civilizar os processos de globalização e auxiliar de forma eficaz os esforços de desenvolvimento. É urgentemente necessário remodelar a ordem internacional, um empreendimento complexo, excessivamente difícil e demorado. Enquanto isso, confiar nas salvaguardas internas continua sendo a principal opção.

Ao mesmo tempo, devem ser feitos esforços no sentido de resistir à introdução na OMC de questões que seriam melhor abordadas por outras organizações do sistema das Nações Unidas. Independentemente das intenções de seus proponentes, parece um instrumento de protecionismo oculto dos países industriais.

## O contrabando no Brasil

O contrabando cresce em média 9,4% ao ano. Mais de um quarto de todo o volume apreendido pela Receita Federal vem da fronteira do Brasil com o Paraguai. A apreensão de drogas, mercadorias e cigarros contrabandeados no Brasil somou mais R\$ 2,3 bilhões em 2017. Segundo a Receita Federal, o valor é recorde e representa um crescimento de 9,4% em relação a 2016, quando foram apreendidos R\$ 2,1 bilhões.

Dados da Receita mostram que a apreensão de cigarros cresceu mais de 11%, com um volume de mais de 221 milhões de maços, e a captura de drogas mais do que dobrou, alcançando percentual de variação de 122,4% em relação a 2016.

Mais de um quarto de todo o volume apreendido pela Receita Federal vem da fronteira do Brasil com o Paraguai, área que somou mais de R\$ 600 milhões de produtos de importação proibida. Só no posto de Foz do Iguaçu, que abrange um dos pontos mais movimentados da fronteira brasileira com o país vizinho, o volume apreendido chegou a R\$ 260 milhões, montante 19% maior do que o registrado em 2016.

Nas unidades da Receita Federal que atuam na fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, o volume apreendido vale cerca de R\$ 367 milhões. Segundo o delegado Marcelo Rodrigues, auditor fiscal da Receita Federal em Ponta Porã (MS), o montante ainda está subestimado devido a problemas internos do órgão que dificultaram o registro das operações. O valor pode passar dos R\$ 400 milhões, de acordo com ele.

“No lado do Mato Grosso do Sul nós temos 670 km de fronteira com o Paraguai, sem nenhum acidente geográfico que separe os países. Isso em si já é um complicador, porque simplesmente passa carreta lotada de cigarro por essa fronteira com muita facilidade, não precisa carregar num barco, fazer toda uma logística, simplesmente passa numa estrada vicinal qualquer, ao longo desses 670 km tem uma infinidade de estradas”, relata o delegado.

O cigarro foi o produto mais contrabandeado na fronteira com o Paraguai. O produto corresponde a cerca de 75% de todo o valor apreendido pela Receita em Mato Grosso do Sul (MS).

“Em termos de quantidade e de valor, o cigarro é disparado o maior volume. As apreensões aqui na região do MS são no atacado. Agora, mal começou o ano, já tivemos uma apreensão de seis carretas juntas, um comboio lotado de cigarro apreendido. Isso eleva absurdamente

o valor, mesmo que a quantidade de autuações não seja muito grande, mas o valor é muito elevado”, explicou Rodrigues.

Na fronteira do Paraná, os maços de cigarro representam 40% do total de mercadorias ilegais apreendidas em 2017. A Receita de Foz do Iguaçu apreendeu cerca de 20 milhões de maços de cigarro na região, montante que vale aproximadamente R\$ 100 milhões.

Após veículos e drogas, os produtos eletrônicos e de informática aparecem como os mais contrabandeados na região. Armas, munições e medicamentos proibidos, principalmente aqueles com fins estéticos, como emagrecimento ou preenchimento de botox facial também estão na lista dos itens mais apreendidos pelos agentes fiscais.

Na Região Norte, o número de apreensões quase dobrou no ano passado. Segundo dados da Superintendência da Receita Federal da 2ª região, que abrange os estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá e Acre, em 2017, o volume apreendido na região somou quase R\$ 45 milhões, contra R\$ 24,5 milhões apreendidos em 2016, aumento de 92%, aproximadamente.

A Receita Federal informou que tem desenvolvido ações para melhorar a segurança do ambiente de negócios no âmbito do comércio internacional. Segundo a instituição, os resultados alcançados se devem à reorganização da área de vigilância e repressão, implementação do sistema eletrônico par controle de encomendas postais, entre outras ações.

## **Crime organizado**

Os números do contrabando preocupam entidades que atuam no combate ao comércio ilegal. Segundo o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), o volume de apreensões demonstra que o negócio do contrabando é lucrativo para organizações criminosas, que ainda financiam o tráfico de drogas, armas e munições no país.

“É muito atrativo esse comércio ilegal. O desafio permanente é conseguir diminuir o espaço para essas ações, especialmente, fortalecendo o controle das nossas fronteiras, isso é fundamental não só para o combate ao contrabando, mas também para o combate do crime organizado, que vem ocupando espaços importantes nas fronteiras brasileiras”, disse à Agência Brasil o advogado Edson Vismona, presidente do Fórum.

O especialista afirmou que uma das principais causas para o problema é a falta de investimento nas forças policiais que atuam na área de fronteira, como a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Forças Armadas

“Há um permanente contingenciamento de recursos, que neste ano chegou a quase metade. Ou seja, é muito difícil você conseguir, em uma área tão sensível e difícil, agir sem o apoio e a ação das polícias, sem recursos financeiros. Se contingenciamos recursos da área de segurança, você está abrindo as portas para o crime. Então, temos que combater de forma articulada e permanente, que é a nossa proposta e o governo tem sido sensível a isso”, ressaltou o advogado, que também preside o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO).

Além da falta de recursos, Vismona atribui o aumento do contrabando ao elevado custo dos impostos sobre alguns produtos no Brasil, principalmente o cigarro, que em outros países, como o Paraguai, é produzido e comercializado com uma carga tributária muito menor.

Levantamento feito pelo instituto mostra que três a cada dez brasileiros costumam comprar produtos contrabandeados. Quase 90% deles considera que o elevado custo dos impostos no Brasil favorece a entrada de mercadorias contrabandeadas no país.

“O Paraguai é o grande produtor do cigarro contrabandeado, que já domina o mercado brasileiro. Isso é inaceitável, 48% do mercado está nas mãos do contrabando. Temos que ter uma equalização maior de impostos, para que haja uma desmotivação ao contrabando. Para se ter ideia, em 2015, 30% do mercado brasileiro estava na mão do contrabandista. Com as mudanças na tributação, já em 2016 pulou para 45% e agora 48%. Para aqueles que falam que quando aumenta o imposto, diminui o consumo, não é verdade. Aumentou o imposto e aumentou o mercado ilegal, o consumo se estabiliza e migra para o ilegal.”

## **Conclusão**

Os desafios políticos e econômicos que percebemos na América Latina são inúmeros, apesar da proximidade geográfica. Quando comparamos com as economias asiática, percebemos que as mesmas se integram para ganhar competitividade e participarem de cadeias globais e agregar valor. O Brasil por ser o maior país da América Latina poderia assumir o papel de liderança, pois tem enorme potencial econômico e sua indústria diversificada, porém, sem políticas coordenadas de integração com os países vizinhos.

Não são muitos setores econômicos que conseguem criar cadeias produtivas na América do Sul, enquanto no leste da Ásia, por exemplo, a profunda interdependência entre as indústrias torna a região a mais competitiva do mundo. A combinação desses dois vetores, pode ameaçar a sobrevivência de muitas empresas da América Latina, pois seus membros, ou seja, nossos parceiros regionais, estão longe de conseguir solucionar, como por exemplo, estão no topo da lista de infraestrutura precária e o sistema tributário complexo, oneroso e burocrático. Como se não bastasse, dependendo do país, a legislação trabalhista ainda é um grande entrave, assim como o baixo desenvolvimento dos mercados financeiros e a inflação, que geram altos custos de capital para novos investimentos.

Exposto isto, o diagnóstico preliminar dos problemas que atrapalham o desenvolvimento da região, buscar alternativas que possibilitem integração das principais cadeias produtivas. Fazendo-se valer do exemplo da China, onde sua produção e competitividade são afetadas positivamente por suas relações com os vizinhos, sendo que o país realizou altos investimentos, o que poderia servir de projeto para integração produtiva parecida aos governantes, gerando aumento nos investimentos internacionais.

Percebemos que na América Latina, apenas dois setores foram capazes de criar cadeias de produção complexas e, conseqüentemente, aumentar a competitividade. O caso mais importante é o da indústria automotiva. A empresa japonesa Fujikura, que se instalou há cerca de um ano no Paraguai, aproveita a proximidade geográfica e o acordo do Mercosul para fabricar chicotes elétricos, que são peças que unem os cabos de eletricidade de um automóvel, e vendem para a brasileira Volkswagen. Outro exemplo é o setor de cosméticos. A Natura, gigante brasileira do setor, produz parte do seu portfólio na Argentina, na Colômbia e no México. E, uma grande motivação para a internacionalização é o baixo custo salarial e a energia barata, porém, não são os fatores geradores de competitividade, como a infraestrutura eficiente e sistemas tributários desenvolvidos.

Percebemos que o Brasil tem papel fundamental, sendo estratégico, apesar de complexo nesse contexto junto às nações menores, devendo ter planos além de suas fronteiras, buscando fortalecer a economia da região com exportações, buscando alternativas de mercado com os vizinhos e contribuindo para a política, sendo uma região que conseqüentemente, alcance competitividade internacional.

Porém, em nações com grande área territorial, populacional e rica em recursos naturais, como é o nosso caso do Brasil e também, de Rússia, Estados Unidos, Índia e China, sempre há uma tendência de priorizar a conquista do mercado interno, com ações econômicas e voltadas para si e investimentos para sua população. Quando discutimos suas pretensões, estão sempre afirmando o desejo de crescimento e representatividades



globais. Na prática, percebemos Estados Unidos e China capazes de combinarem simultaneamente, ações de para dentro e para fora de seus respectivos países.

Outro fator determinante sobre esse tema de integração na América Latina são as questões econômicas de cada país no contexto internacional, seja no fornecimento de tecnologia, inteligência, matéria prima, etc. Imprescindível que cada estado saiba onde se encaixa, ou ficará sem foco, não aplicando energia e esforços de maneira eficaz. É importante ter consciência de que não consegue o modelo ideal, como nos Estados Unidos de transitar com facilidade nos três vetores.

No nosso caso, muito já se discutiu sobre a nossa vocação econômica, como a substituição das importações pelo fortalecimento da indústria brasileira. Mas, podemos afirmar que um projeto estratégico seria o Brasil como o maior fornecedor de alimentos do mundo, ou seja, o maior exportador neste segmento, mesmo o Brasil possuindo parques industriais mais diversificados do mundo.

O diálogo para a integração dos países latino-americanos envolve o conhecimento em áreas distintas, passando pontualmente por setores estratégicos, como ciência e tecnologia, mas abarca também amplas questões políticas e culturais. Por isso, é de suma importância a participação de estudiosos, pesquisadores e especialistas das áreas de Defesa, Relações Internacionais e Estudos Latino-americanos, tornando assim facilitadores capazes de aproximar os mais diversos temas que se convergem em prol de um objetivo comum.

A área da Defesa, estratégica para a integração dos países da região, constitui-se também como um de seus maiores desafios. Héctor Saint-Pierre, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), salientou em sua apresentação que, considerada marginal do ponto de vista da pesquisa, a Defesa pode ser instrumento para assegurar a democracia, desde que se conheça a fundo suas características, ajudando a criar um círculo virtuoso para a autonomia regional. “No Brasil, a Defesa passou a ser considerada uma área de pesquisa científica, mas falta apurar essa visão em outros países da região e ampliar estudos conjuntos, a exemplo dos convênios acadêmicos existentes no Brasil com a Argentina”.

Para ele, iniciativas como o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, criado no âmbito do Conselho de Defesa Sul-americano da União das Nações Sul-americanas (Unasul), podem ser o diferencial para que governos e sociedades a considerem como área de estudos capaz de gerar subsídios sob vários aspectos, inclusive econômicos e sociais. “Os estudos em Defesa mostram que a dependência de países de empresas de outras regiões pode limitar sua capacidade de defender-se, mas também sua capacidade de planejamento econômico e social a nível regional”.

A busca constante de equilíbrio entre as forças políticas e econômicas tem contribuído para uma análise diferente sobre a América Latina, pois nas últimas décadas, após a adoção de mecanismos como o Mercosul e a integração econômica e comercial, foram criadas as condições para que o regionalismo ganhasse nova dinâmica, envolvendo também a sociedade civil. Esse envolvimento tem sido marcadamente crescente em áreas distintas, e incorpora questões de energia, recursos hídricos, defesa, produção científica e educação. Percebemos que há mais compartilhamento das experiências e maior interdependência regional, ao menos na América do Sul.

Se faz necessário atenção especial quanto às resistências domésticas sobre as resoluções regionais, sobretudo aquelas com características mais comerciais do que sociais. Envolver a opinião pública, a fim de estabelecer o nível de conhecimento sobre o Mercosul em diferentes esferas econômicas das sociedades, pode contribuir para minimizar essa resistência.

Segundo pesquisas, antes o Mercosul era apoiado por camadas mais pobres, mas hoje é apoiado pelas camadas mais ricas da população, o que denota uma inversão do posicionamento político em relação à sua importância, tanto dos governos quanto de suas instituições. O desafio para conciliar tantos e tão diferentes interesses, segundo Mercedes Botto, diretora da área de estudos latino-americanos da Universidade de Buenos Aires (UBA), exige entender a complexidade dessa cooperação. Para ela, o fenômeno da integração regional é bastante mutável e o poder vinculante de lideranças regionais não tem sido observado no Mercosul. “As lideranças regionais têm a capacidade de regular as respostas e concordâncias dos países-membros, mas não há atualmente um país líder que faça valer suas posições na região. Contudo, mesmo que os espaços de cooperação sejam ainda poucos, devem ser ocupados pelas sociedades latino-americanas”.

A crise do capitalismo atingiu a região e muitos governos tinham iniciado políticas pós-neoliberais, no combate à pobreza e na recuperação do papel do Estado na economia e na sociedade, mas continuavam muito dependentes de um mercado mundial capitalista globalizado – tanto para financiar suas economias com exportações de commodities como para satisfazer seu consumo interno com produtos industrializados importados. Podemos resumir na fórmula: Fortaleza política interna graças a um eleitorado que reconhece que sua situação socioeconômica melhorou muito nesses anos, dificuldades econômicas externas pela vulnerabilidade frente às pressões do capital financeiro internacional.

Essas ações podem ser destacadas como papel fundamental para contribuir para uma política de defesa regional, contínuo crescimento da região com apoio da política diplomática. Porém, todos esses avanços no plano da política irão por água abaixo se o capital internacional e o governo dos EUA encontram uma região dispersa e fragilizada

economicamente. É hora de a política conduzir a economia e acelerar a integração regional produtiva e financeira.

## **Bibliografia**

Jornal Diário de Notícias

Diplomacia preventiva é instrumento essencial -- Alto Representante da Aliança das Civilizações

<https://www.dn.pt/lusa/interior/diplomacia-preventiva-e-instrumento-essencial----alto-representante-da-alianca-das-civilizacoes-8526516.html>

Pós Guerra Fria

Site:<http://guerra-fria.info/pos-guerra-fria.html>

Poder nas relações internacionais

Google Wikipedia

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Poder\\_nas\\_rela%C3%A7%C3%B5es\\_internacionais](https://pt.wikipedia.org/wiki/Poder_nas_rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais)

O livro na rua

Brasil e os países emergentes

<http://funag.gov.br/loja/download/543-Livro-Na-Rua-12-O-Brasil-e-os-Paises-Emergentes.pdf>

RC IPEA

A Atuação de países emergentes na governança das instituições multilaterais de desenvolvimento : a experiências de alguns países do BRICS

<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8216>

- Livro: Desafios da Política Externa e Segurança no século XXI

Sérgio Luiz Cruz Aguilar

Isabela Zorat Alonso

- Conjur – Boletim de Notícias

<https://www.conjur.com.br/2016-nov-12/paulo-samico-mercado-ilegal-tabaco-ameaca-seguranca-nacional>

Paulo Samico – Adv Souza Cruz

- AZNAR, G. *Emploi: la grande mutation*. Paris, Hachette, 1996.
  
- BAGNSCO, A. *La costruzione sociale del mercato*. Bolonha. Il Mulino, 1988.
  
- BALBO, L. *From welfare State to caring society*. Texto preparado para a CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, AÇÕES DOS POVOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Bolonha, 2-3 de dezembro de 1994.
  
- BROAD, R. & CAVANAGH, J. *Don't neglect the impoverished South*. *Foreign Policy* n. 101, Inverno 1995-96.
  
- CARDOSO, F.H., 1996, *Os caminhos da social democracia*. Brasília, Cadernos do PSDB, n 1, 1996.
  
- COHEN, Elie *La tentation hexagonale, la souveraineté à l'épreuve de la mondialisation*. Paris, Fayard, 1996.
  
- CROUCH, C. & STREECK, W. *Capitalismes en Europe*. Paris, La Découverte, 1996.
  
- DRÜCKER, P. *The changed world economy*. *Foreign Affairs*, p. 768-791, 1986.
  
- DUBEY, Muchkund. *An unequal treaty: world trading order after GATT*. Nova Delhi, New Age International Ltd. Publishers, 1996.
  
- FERRER, A., *Desarrollo y subdesarrollo en un mundo global: los dilemas de America Latina*. IDB CONFERENCE ON DEVELOPMENT THINKING AND PRACTICE, Washington, setembro de 1996a.
  
- GUAINO, M. *Le mythe de la mondialisation*. *Le Monde*, 24 maio 1996.

- GUILLEBAUD, J.C. La trahison des Lumières, enquête sur le désarroi contemporain. Paris, Editions du Seuil, 1995.
  
- HALIMI, S. Economistes en guerre contre les salaires. Le Monde Diplomatique, jul. 1996.
  
- HEILBRONER, R. & MILBERG, W. The crisis of vision in modern economic thought. Cambridge/New York, Cambridge University Press, 1995.
  
- HENSMAN, R. Minimum labor standards and trade agreements: an overview of the debate. Economic and Political Weekly, 20-27 abr. 1996.
  
- HIRST, P. & THOMPSON, G. Globalization in question. Cambridge (UK), Polity Press/Blackwell, 1996.
  
- HOBBSBAWN, E. The age of extreme: a history of the world, 1914-1991. New York, Pantheon Books, 1994.
  
- HOLLAND, S. Towards a new Bretton Woods, alternatives for the global economy. Nottingham, Spokesman, 1994.
  
- IANNI, O. Teorias da globalização. Rio Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
  
- KAPP, K.W. The social costs of private enterprise. New York, Schocken Books, 1971.
  
- KAPSTEIN, E.B. Workers and the world economy. Foreign Affairs, v. 45, maio/jun. 1996.
  
- KOTHARI, R. Growing amnesia. An essay on poverty and the human consciousness. Nova Delhi, Viking/Penguin Books, 1993.
  
- KRUGMAN, P. Peddling prosperity. New York, W.W. Norton, 1994.

- MÉDA, D. Le travail, une valeur en voie de disparition. Paris, Autier, 1995.
  
- NAISBITT, J. Global paradox. New York, Avon Books, 1995.
  
- NAYYAR, D. Globalization: the past in our present. Discurso presidencial, Chandigarh, Indian Economic Association, 12-30 de dezembro de 1995.
  
- PHELPS, E.S. Entrevista. Le Monde, 12 mar. 1996.
  
- SACHS, I. Times-spaces of development. Paris, Diogenes n. 112, p. 75-90, 1980.
  
- The crisis of the welfare State and the exercise of social rights to development. Paris, International Social Science Journal, v. XXXIV, n. 1, 1982.
  
- Transition strategies towards the 21st century (with a foreword by Maurice F. Strong). Nova Delhi, Interest Publications for Research and Information System for the Non-Aligned and Other Developing Countries, 1993. 92p. (disponível em francês, português, italiano, japonês e polonês).
  
- Population, développement et emploi. Paris, Revue Internationale des Sciences Sociales n. 141 (Population: problèmes et politiques), p. 409-426, set. 1994b.
  
- The quantitative and qualitative measurement of development: its implications and limitations. Oxford, International Social Science Journal n. 143, mar. 1995b.
  
- Growth with development: a comment on Gert Rosenthal's paper. IDB CONFERENCE ON DEVELOPMENT THINKING AND PRACTICE, Washington, setembro de 1996.
  
- SING, A. Catching up with the West: a perspective on Asian economic development. IDB CONFERENCE ON DEVELOPMENT THINKING AND PRACTICE, Washington, setembro de 1996.
  
- SINGER, H.W. Revitalizing the United Nations: five proposals. IDS Bulletin v. 26, n. 4, p. 35-39, 1995.

- SOROS, G. Entrevista. Veja, 1 maio 1996, p. 6-10.
  
- For a strong and democratic United Nations: a South perspective on UN reform. Genebra, 1996b.
  
- STREETEN, P. Globalization and competitiveness: what are the implications for development thinking and practice? IDB CONFERENCE ON DEVELOPMENT THINKING AND PRACTICE. Washington, setembro de 1996.
  
- THE GROUP OF LISBON. Limits to competition. Lisboa, Gulbenkian Foundation, 1993.
  
- THURLOW, L. The future of capitalism: how today's economic forces shape, 1996a.
  
- The crusade that's killing prosperity. The American Prospect, mar./abr. 1996b.
  
- UNCTAD. Globalization and Liberalization, development. In the face of two powerful current reports of secretary-general of Unctad, Rubens Ricupero. IX Sessão da Conferência, 1996.
  
- UNDP. Human development report 1996, New York. 1996.